



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	16327.001333/2006-15
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	1103-00.636 – 1^a Câmara / 3^a Turma Ordinária
Sessão de	15 de março de 2012
Matéria	DCOMP
Recorrente	BANCO ITAÚ S.A
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

IRPJ. DEVOLUÇÃO DO PROCESSO PARA DRJ. NECESSÁRIA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DO CONTRIBUINTE EM RELAÇÃO A DIVERGÊNCIA DE VALORES CONSTANTES DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PER/DCOMP. E OS VALORES INDICADOS NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE.

A decisão pronunciada pela Delegacia de Julgamento de São Paulo adotou a premissa de que as razões expostas pela Recorrente na manifestação de inconformidade apresentada em relação ao Despacho Decisório de fls. 55/56 importavam em verdadeira “inovação”, o que seria incompatível com as normas que regulamentam os pedidos de compensação, especificamente os artigos 55 e 56 da IN SRF nº 460, de 18/10/2004, e os artigos 56 e 57 da IN SRF nº 600, de 28/12/2005.

No entanto, as informações estampadas na manifestação de inconformidade (reproduzidas nas razões de recurso voluntário) não importaram em inovação ou alteração do pedido veiculado na PER/DCOMP pertinente ao pedido de resarcimento do saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2003, servindo, em verdade, a justificar a diferença dos valores constantes do pedido e aqueles lançados na DIPJ/2004.

ANÁLISE LIMITADA AS DIFERENÇAS CONSTANTES DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PER/DCOMP. E OS VALORES INDICADOS NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE.

As diferenças apontadas pelo contribuinte que correspondam a valor superior ao indicado no Pedido de Restituição PER/DCOMP não devem ser analisadas, pois constituem alteração do pedido original.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, DAR provimento PARCIAL por unanimidade, para devolver os autos à DRJ de origem para proferir nova decisão enfrentando as razões da impugnante até o valor do pedido original. Declarou-se impedido o Conselheiro Marcos Shiguelo Takata.

(Documento assinado digitalmente)

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA - Presidente.

(Documento assinado digitalmente)

HUGO CORREIA SOTERO - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Aloysio José Percínio da Silva, Mário Sergio Fernandes Barroso, José Sérgio Gomes, Eric Moraes de Castro e Silva e Hugo Correia Sotero.

Relatório

A Recorrente formulou pedido de restituição de saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) relativo ao ano-calendário de 2003 e, concomitantemente, apresentou declarações de compensação visando a utilização do crédito postulado para fins de quitação de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O pedido de ressarcimento foi parcialmente deferido pelo Despacho Decisório de fls. 55/56, nestes termos:

“Através da PER/DCOMP acima, de 13/02/2004, o contribuinte pleiteia o reconhecimento de direito creditório no montante de RS. 281.344.004,69, do ano-base de 2003, decorrente de saldo negativo de IRPJ.

Na DIPJ do contribuinte, no entanto, o saldo negativo se apresenta em valor inferior:

14. IMPOSTO DE RENDA A PAGAR -279.737.968,98

Os valores apresentados pelo contribuinte se referem a pagamentos por estimativa, alguns liquidados por compensação em DCOMP próprias outros efetivamente pagos.

Os valores compensados serão objeto de análise própria e o eventual reconhecimento do direito creditório neste processo será precário e sujeito a alteração em função de eventual fiscalização da composição do lucro real do contribuinte.

Diante do exposto decido reconhecer precariamente o direito creditório pleiteado pelo contribuinte limitado a R\$ 279.737.968,98 e, consequentemente homologar a compensação constante das DCOMP abaixo:

Em face da decisão de deferimento parcial do pedido de restituição, apresentou a Recorrente manifestação de inconformidade, argüindo:

“De acordo com a decisão ora recorrida, o Manifestante não teria o direito à compensação do valor de R\$ 8.321.088,12. O indeferimento de parte do crédito pleiteado é decorrente da diferença entre os valores informados na PER/DCOMP e na DIPJ/04.

Ocorre que na PER/DCOMP não foram declarados todos os valores que compõem o total das antecipações do ano-calendário de 2003. Assim, para apurar o montante correto do crédito do Manifestante devem ser considerados os seguintes ajustes:

- Ao valor declarado na PER/DCOMP (R\$ 281.344.004,69), devem ser acrescidos: (a) R\$ 3.549.887,14 que correspondem ao IRF utilizado nas antecipações mensais (doc. 03); (b) R\$ 9.502.416,16 relativos ao IRF retido e não compensados nas antecipações mensais (doc. 03); e (c) o IR pago no exterior incidente sobre lucros e ganhos de capital, no montante de R\$ 304.35,81. A somatória de todos os valores compõe R\$ 294.701.243,88, correspondentes ao total de antecipações do ano-calendário de 2003.*
- Apurado o valor indicado no item anterior, deve-se deduzir o total das antecipações pagas que totalizam R\$ 18.785.013,59. Assim, apura-se um total de antecipações correspondente ao saldo negativo de IRPJ no valor de R\$ 275.916.230,21.*
- Para apurar o saldo negativo demonstrado na DIPJ e deferido precariamente pela DEINF (R\$ 279.737.968,87), devem ser feitos alguns ajustes: (a) exclusão de R\$ 3.098.506,90 do valor informado na linha 12 da Ficha 12B da DIPJ/04 (doc. 04), correspondente a exigíveis suspensos das antecipações mensais acrescidos ao pago por estimativa indevidamente e; (b) diminuição de R\$ 723.231,79 do saldo negativo declarado, relativo ao acréscimo de exigível a pagar em decorrência da decisão do M.S. 2003.61.00.003618-5.”*

A manifestação de inconformidade foi rejeitada pela Delegacia de Julgamento de São Paulo (SPO I) por acórdão assim ementado:

“PER/DCOMP. MUDANÇA DA FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA DO PEDIDO. MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. INOVAÇÃO.

A alteração da fundamentação fática e jurídica a embasar o direito creditório pleiteado na PER/DCOMP, apresentada na fase litigiosa, encerra verdadeira inovação, configurando-se em nova solicitação 2da8/contribuinte, não passível de apreciação

originária pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

Solicitação Indeferida.”

Do voto condutor do acórdão se extrai:

“5. A principal reclamação da contribuinte reside no fato de a autoridade administrativa não ter considerado alguns ajustes não informados na PER/DCOMP.

5.1. Pois bem, no preenchimento do formulário do saldo credor na PER/DCOMP, a contribuinte consignou um valor maior que aquele apurado na DIPJ/2003, sem qualquer justificativa. Somente após o ato de não homologação, alega que deveriam ter sido considerados os ajustes transcritos no parágrafo 3.1.2 do relatório.

5.2. Não era possível a Fazenda supor que a interessada pretendesse realizar tais ajustes para fins do cômputo do saldo negativo do IRPJ.

5.3. Nos termos dos artigos 55 e 56 da IN SRF nº 460, de 18/10/2004, dos artigos 56 e 57 da IN SRF nº 600, de 28/12/2005, que estavam em vigor no curso do processo e a prolação do despacho decisório de fls. 55/56, a retificação do Pedido de Restituição e da Declaração de Compensação, quanto ao aspecto temporal, deve ocorrer enquanto o caso estiver pendente de decisão administrativa.

...

5.4. Esclareça-se à contribuinte não ser possível, em sede de julgamento administrativo de 1ª. ou 2ª. instâncias, alterar-se a Declaração de Compensação original, seja em valores, seja em razão da motivação apresentada, seja para incluir novos períodos a serem analisados, sob a pena de se burlar o instituto da decadência, ou mesmo de se suprimir instância administrativa competente.

5.5. Nestes termos, a alteração do crédito pleiteado na Declaração de Compensação encerra verdadeira inovação, configurando-se em nova solicitação cuja competência de apreciação originária é da DRF jurisdicionante do domicílio fiscal da contribuinte, estando fora da alcada da Delegacia da Receita Federal de Julgamento.”

Contra a decisão interpôs o contribuinte o recurso voluntário de fls. 148-151, reproduzindo integralmente as razões expostas na manifestação de inconformidade.

É o relatório.

Voto

Hugo Correia Sotero - Relator

Recurso tempestivo. Preenchidos os requisitos de admissibilidade.

A decisão pronunciada pela Delegacia de Julgamento de São Paulo adotou a premissa de que as razões expendidas pela Recorrente na manifestação de inconformidade apresentada em relação ao Despacho Decisório de fls. 55/56 importavam em verdadeira “inovação”, o que seria incompatível com as normas que regulamentam os pedidos de compensação, especificamente os artigos 55 e 56 da IN SRF nº 460, de 18/10/2004, e os artigos 56 e 57 da IN SRF nº 600, de 28/12/2005.

Como se constata do relatório da decisão, a Recorrente apresentou pedido de restituição no valor de R\$ 281.344.004,69, sendo o pedido parcialmente indeferido diante da incompatibilidade do crédito acossado com as informações constantes da DIPJ/2004, que apontavam valor de saldo negativo de R\$ 279.737.968,98.

É fato que a Recorrente requer, em sua Manifestação, valores superiores aos constantes da sua PERD/COMP, visto que assevera a contribuinte que teria o direito ao crédito no valor de R\$ 8.321.088,12.

Por outro lado, essa alteração de valores, não deve servir como argumento para se desconsiderar os fundamentos expedidos pela Recorrente para justificar as diferenças existentes na PER/DCOMP (R\$ 281.344.004,69) e a sua DIPJ (R\$ 279.737.968,98).

Entendo que o direito de obter a restituição do saldo negativo do IRPJ, crédito que resulta do recolhimento de valores superiores aos efetivamente devidos (por retenção e pagamento) não pode ser negado por simples alteração do pedido original, e, para além, decorrendo a incompatibilidade entre as informações constantes da PERD/COMP e da DIPJ de falta de consideração de valores pertinentes ao Imposto de Renda Retido Na Fonte (IRRF), poderia a Receita Federal, por consulta ao seu próprio sistema, conferir a veracidade das alegações e quantificar devidamente o crédito do contribuinte.

Tem o processo administrativo, como constantemente afirmado pela própria Administração Tributária Federal, como escopo a obtenção da ‘verdade real’, de sorte que, uma vez instaurado o processo administrativo, está jungida a Administração a investigar e apurar concretamente a situação de fato pertinente para acolher ou rejeitar a pretensão do administrado.

Se a Receita Federal pode, por mera consulta aos seus sistemas informatizados, conferir a existência do crédito (saldo negativo) do contribuinte, afigura-se

manifestamente desarrazoad o indeferimento do pedido de ressarcimento com base exclusivamente na alteração do valor constante da PERD/COMP.

Ante o exposto, conheço do recurso voluntário para dar-lhe parcial provimento, no sentido de determinar a Delegacia de Julgamento de São Paulo a análise dos fundamentos trazidos pela Recorrente em relação as divergências entre os valores constantes PER/DCOMP (R\$ 281.344.004,69) e a sua DIPJ (R\$ 279.737.968,98). Assevero, outrossim, que não devem ser considerados os argumentos que justifiquem valores superiores aos constantes e requeridos na PER/DCOMP.

É como voto.

(Documento assinado digitalmente)

Hugo Correia Sotero - Relator